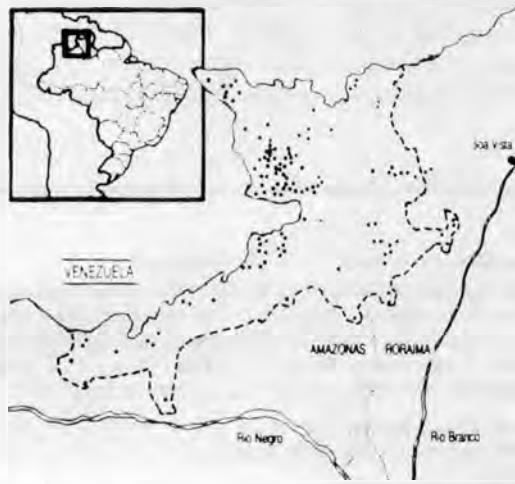


# Aconteceu

**Collor toma decisão histórica  
 e Passarinho delimita terra Yanomami**

Milton Gurari/CEDI - CCPY



Em frente às câmeras de TV, convocadas para a ocasião, no aniversário da Proclamação da República, 15 de novembro, o presidente Collor anunciou a demarcação da terra Yanomami, uma área contínua de 9,4 milhões de hectares. Trata-se de decisão histórica e baseada na Constituição, com grande repercussão no Brasil e no exterior.

Veja detalhes da decisão, reações e o que falta fazer para que a Área Indígena saia do papel. (página 10)

À esquerda Área Indígena Yanomami com a localização das aldeias

**Quatro em cada cinco brasileiros  
 desaprovam o governo (página 2)**

**Quase 4 mil pessoas forçadas ao  
 trabalho escravo no país (página 7)**

## Popularidade de Collor atinge seu pique negativo

Quatro em cada cinco brasileiros desaprovam o governo Collor. Nunca a popularidade do presidente foi tão baixa. Pesquisa realizada pelo Instituto Gallup constatou que o percentual de brasileiros que considera o desempenho do presidente "ruim" ou "péssimo" passou de 9% em abril de 1990 para 62,2% em outubro deste ano. No sentido inverso, o índice de brasileiros que o considera "ótimo presidente" ou "bom presidente" reduziu-se no mesmo período de 69% para 18%. O índice mais alto de desaprovação foi encontrado no estado do Rio: 69,6%.

Os brasileiros também mudaram radicalmente de opinião em relação à política econômica: em abril de 90, 87% aprovavam a condução da economia, índice que caiu para 24% no mês passado. Isto é, hoje apenas 24% dos brasileiros aprovam a atual política econômica do governo Collor, enquanto 68% desaprovam. Em outras palavras, o estado de ânimo da população passou da grande esperança para a grande frustração, com sinais claros de arrependimento.

A popularidade do presidente foi mais afetada nas capitais, com

índice de desaprovação de 66,5%. Quanto menor a cidade, menor a insatisfação. O melhor índice de aprovação ao desempenho de Collor, de 27,7%, foi registrado nas cidades com até 10 mil habitantes. A desaprovação ao governo está mais acentuada entre brasileiros com menos de 50 anos e com maior nível de escolaridade. Ainda assim, mesmo entre os brasileiros com nível de instrução primária, o índice de desaprovação chega a 56,2%, atingindo 72% entre a população com curso superior. (Jornal do Brasil, 24/11/91)

## O Brasil está mais pobre e população cresce menos

As medidas econômicas tomadas pelo governo Collor, que levaram o país ao fundo de uma das piores recessões da sua história, causaram uma onda de problemas que foram radiografados pelos frios números da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O poder de compra dos rendimentos - afi incluídos salários, aposentadorias, pensões, aluguéis, juros de aplicações financeiras etc. - caiu 18,4% em relação a 1989. O desemprego também aumentou no primeiro ano da era Collor. O número de pessoas sem trabalho subiu 23%, atingindo 2,3 milhões de brasileiros acima dos dez anos. Em números absolutos, a taxa de desemprego, que era de 3% no último ano

do governo Sarney, bateu 3,7% em 1990.

A redução nos empregos levou o contingente de brasileiros demitidos a defender seu dia-a-dia na economia informal. A proporção das pessoas que tinha carteira assinada caiu de 59,3% em 1989 para 58,8% no ano passado. Entre as poucas boas notícias, a pequena redução da concentração de renda no país. Pelo resultado do PNAD, os 10% mais ricos da população (cujos rendimentos são superiores, em média, a 22 salários mínimos) passaram a dispor de 49,8% da renda nacional, contra os 53% de 1989. Outra leve melhora se deu no índice de analfabetismo na população acima dos dez anos (diminuiu de 18,2% para 17,8%) e no número de residências ligadas à

rede de água e esgoto (subiu de 72,7% para 73,4%). O governo Collor, porém, não teve nenhum mérito nisso: "Os investimentos em infra-estrutura são feitos a longo prazo, e esta melhoria é fruto do dinheiro aplicado durante os anos 80", explica o presidente do IBGE, Eduardo Augusto Guimarães.

O IBGE deu mais uma boa notícia ao divulgar os dados preliminares do Censo Demográfico de 1991. Os brasileiros são hoje 150 milhões e não 153 como esperado, e o crescimento da população baiou para 2% ao ano, contra os 2,48% de 1980. Desde então, o número médio de filhos por mulher diminuiu de 4,4 para 3,5. (Veja, 20/11/91; IstoÉ, 27/11/91)

### Aconteceu

Publicação quinzenal do CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — 4.500 exemplares

**Editor:** Carlos Alberto Ricardo ★ **Jornalista Responsável:** Magali do Nascimento Cunha (MTb 011.233) ★ **Editores Assistentes:** Beatriz de Moraes Vieira (Trabalhadores Rurais), Daniel Revah (Educação Popular), Fany Ricardo (Povos Indígenas), Giancarlo Summa (Internacional), Magali do Nascimento Cunha (Igrejas), Marita Regina de Carvalho (Trabalhadores Urbanos), Paulo Tomsic (Economia), Laís Meneses (Meio Ambiente) ★ **Secretaria de Redação:** Beatriz Araújo Martins (RJ) e Vera Feitosa (SP) ★ **Documentação e Pesquisa:** Ângela Galvão ★ **Arte Final:** Maria Cristina Ricardo ★ **Fotolitos e Impressão:** Tribuna da Imprensa/RJ

**Assinaturas e correspondências** devem ser encaminhadas ao CEDI: Rua Santo Amaro, 129

22211 — Rio de Janeiro — RJ ■ Fone: (021) 224-6713 — Fax: (021) 242-8847 ou Av. Higienópolis, 983

01238 — São Paulo — SP ■ Fone: (011) 825-5544 — Fax: (011) 825-7861

**Assinatura Anual:** Cr\$ 5.000,00

**Assinatura semestral:** Cr\$ 2.800,00

**Assinatura Exterior:** US\$ 50

## Crise desequilibra orçamentos domésticos

Mesmo correndo o risco de ficar às escuras, sem água e gás, cresce o número de pessoas que não está conseguindo arcar com as despesas básicas do orçamento doméstico, aquelas de manutenção da casa.

Os dados da Eletropaulo (Eletrociade de São Paulo S/A) estimam que neste quarto trimestre o percentual de inadimplência deve saltar para 15%, contra apenas 8% no primeiro. Isso significa que cerca de 750 mil consumidores não estão pagando pela luz elétrica, num universo de 5 milhões de contas, distribuídas em 74 municípios do estado. Os números da Comgás (Companhia de Gás de São Paulo)

também indicam achatamento de renda. Historicamente o nível de inadimplência situava-se entre 3% e 5%. Em outubro e novembro a taxa pulou para 10%. Ou seja, há 23 mil inadimplentes entre os 230 mil consumidores de gás de rua (gás encanado) na Grande São Paulo.

A Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) calcula que o número de contas não-pagas cresceu cerca de 10% neste mês. Os devedores agora são 500 mil, 20% dos 2,5 milhões de consumidores da Grande São Paulo.

Esse quadro do empobrecimento geral dos brasileiros tem resulta-

do em insatisfação e pessimismo na população. Foi o que captou o Ibope, em setembro, numa pesquisa realizada entre 1.500 eleitores nas nove principais regiões metropolitanas do país.

O eleitorado está essencialmente pessimista: 79% não acreditam que o país saia da crise em pouco tempo. Entendem que a natureza dessa crise é econômica (55%), moral (25%) e política (15%). Acham que a agenda nacional, hoje, apresenta dois aspectos prioritários: os problemas econômicos (53%) e a corrupção (29%). (Folha de S. Paulo; Gazeta Mercantil, 26/11/91)

## Movimento popular discute Mercosul

Com o objetivo de analisar o processo de integração dos países do Cone Sul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), suas consequências sociais, econômicas e políticas para a região e seus habitantes, realizou-se, em novembro em Cascavel (PR), o 1º Encontro Regional sobre Integração do Cone Sul. O encontro, patrocinado pela CUT (PR) e a Universidade do Oeste Paranaense (Unioeste) e assessorado pelo CEDI, reuniu sindicalistas brasileiros e argentinos, pesquisadores e representantes do movimento popular, especialmente dos estados do Sul.

A grande preocupação dos participantes relaciona-se com a forma antidemocrática e apressada em que está se processando a formação do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), sem o debate da sociedade civil organizada e sem análises mais aprofundadas sobre as consequências que poderão advir da criação do Mercosul.

Os sindicalistas brasileiros, por exemplo, temem os reflexos da competição com produtos argentinos no setor agroindustrial ampliando o desemprego no campo e o êxodo rural. Na Argentina o processo, na forma como está sendo conduzido, certamente agravará a

desestruturação do setor industrial, aprofundando os enormes desequilíbrios sociais daquele país.

Ao final da reunião os participantes definiram como metas principais o aprofundamento dos debates sobre o tema e a ampliação da discussão com todos os setores sociais envolvidos. Um resultado prático do encontro será a criação, em reunião prevista para 30 de novembro, de uma Comissão de Estudos sobre o Mercosul. Informações podem ser obtidas com o Centro Chico Mendes, R. Guarani nº 2261 sala 13 - CP 062 - CEP 85900 - Toledo - PR. (CEDI, 26/11/91)

## Projeto para financiamento de moradias populares

O presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), recebeu no último dia 19, projeto de lei de iniciativa popular que propõe a criação do Fundo Nacional da Moradia Popular. O projeto, que contém 850 mil assinaturas, prevê basicamente que as famílias com renda mensal de até 10 salários mínimos tenham acesso a casas populares. A iniciativa levou a Brasília 5 mil representantes de movimentos de sem-terra e sem-teto.

Uma comissão, liderada pelo deputado Eduardo Jorge (PT-SP) foi recebida pelo presidente da Caixa Econômica Federal (CEF) e pelo secretário da Habitação do Minis-

rio da Ação Social, reivindicando que a CEF acelerasse a regulamentação do projeto.

O projeto de lei prevê que o Fundo Nacional de Moradia Popular fique responsável pelo financiamento das casas para a população de baixa renda. "Atualmente o governo só financia a casa própria para quem ganha acima de 15 salários mínimos" reclama o coordenador da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, Paulo Conforto. O FNMP seria formado com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), das loterias e por uma dotação orçamentária. (O Estado de S. Paulo, 19/11/91)

### Brasil: falta saúde

A última edição da Revista Tempo e Presença traz como tema o colapso da saúde pública no Brasil. Especialistas de diversas áreas assinam artigos que proporcionarão ao leitor um diagnóstico completo dos principais problemas neste setor. A revista traz ainda, textos sobre o Mercosul, privatização, além da tradicional crônica de Rubem Alves.

Você poderá adquirir a Revista Tempo e Presença, fazendo uma assinatura anual ao preço de Cr\$ 5.000,00 ou na compra avulsa Cr\$ 1.000,00.

Contato com o Setor de Distribuição do CEDI - ☎ (011) 825-5544 ou (021) 224-6713

## Cresce o mercado da ecologia

A recente preocupação mundial pela defesa do meio ambiente tem significado, também, o crescimento de um inesgotável mercado de sofisticados equipamentos e outros produtos antipoluição. Os Estados Unidos dominam este próspero mercado, promovendo vultosas exportações mesmo para outros países altamente industrializados como a Alemanha, Japão, Inglaterra e França.

O Departamento de Comércio dos EUA, no último número da sua revista *Business America*, publica extensa reportagem sobre as possibilidades de negócios propiciados pela "revolução" verde deflagrada na Europa. Por força dos regulamentos da Comunidade Econômica Européia, após 1993, o controle da poluição e da proteção ambiental serão mais rígidos abrangendo diversas faixas de atividades. Não só a indústria terá de ser renovada e adaptada às novas condições mas também a agricultura deverá utilizar diferentes fertilizantes e defensivos para não afetar a saúde animal. A água, os esgotos e o ar que se respira terão cuidados especiais e necessitarão de outros equipamentos para seu tratamento. Os motores dos aviões, automóveis e navios deverão sofrer modificações para se adaptarem aos controles antipoluição.

É flagrante a superioridade dos EUA não só na exportação de equipamentos contra a poluição como também na venda direta de artigos já devidamente produzidos dentro dos modernos requisitos de proteção. Nesse sentido, o Departamento de Comércio assinala que "a revolução verde tornou o equipamento e a tecnologia de controle da poluição o principal item das exportações dos Estados Unidos".

E não vai faltar mercado. Espera-se que somente os 12 países da CEE despendam, nessa década, mais de US\$ 1,4 trilhão no tratamento ambiental, com destaque para a Inglaterra, com US\$ 228 bilhões. (*O Globo*, 14/11/91)

## Investimentos em tratamento da água continuam baixos, apesar da contaminação

A ameaça do cólera, o aumento da incidência de outras doenças de veiculação hídrica e a poluição química dos rios que abastecem as grandes cidades não estão atraindo investimentos na melhoria da qualidade da água no Brasil. A conclusão é do relatório do Ministério da Saúde intitulado *Aspectos da qualidade da água no Brasil*. Segundo o documento, financiado pela Organização Panamericana de Saúde, o custo médio anual do tratamento e controle da qualidade da água fornecida pelos sistemas de abastecimento é de apenas US\$ 0,08 por habitante, o que hoje representa cerca de Cr\$ 8 por domicílio, por mês - menos de 2% da tarifa mínima de água. Mesmo assim, menos da metade dos sete mil sistemas de abastecimento de água do país têm estações de tratamento ou laboratório para o exame de qualidade.

Cerca de 67% da população brasileira está coberta pelas redes de abastecimentos e 22% tem razoável acesso à fonte pública de água. "Mas, em termos de qualidade, a situação é bem menos satisfatória", adverte o relatório. A última inspeção em massa feita pela então Fundação SESP revelou que um terço dos quinhentos sistemas de abastecimento visitados em cidades de pequeno e médio porte estava distribuindo água sem cloro, fora dos padrões de potabilidade e con-

taminada por bactérias. O risco de contaminação é maior quando as redes mantidas com tecnologias pouco eficientes são alimentadas com água proveniente de rios poluídos. Na região sudeste, a bacia do rio Tietê, que abastece a região metropolitana de São Paulo, enfrenta sérios problemas de poluição e os principais recursos hídricos da região estão degradados. (*Gazeta Mercantil*, 9/11/91)

### Esgotos só para 30% da população

No Brasil, somente cerca de 30% da população dispõe de esgotamento sanitário. Isso representa aproximadamente 45 milhões de habitantes produzindo, em média, 400 litros de esgoto por pessoa, diariamente. A maior parte desses esgotos é lançada nos rios, praias e lagos sem tratamento adequado atingindo as fontes de abastecimento público do país.

A água pode causar a morte, caso esteja contaminada por microorganismos nocivos ao homem. Entre as doenças de veiculação hídrica estão a hepatite e as diarréias, entre elas o cólera e a febre tifóide.

## Lixo industrial é lançado em aterros clandestinos

O Brasil não possui estatísticas sobre o lixo industrial que produz e muito menos estudos conclusivos que indiquem para onde vai esse lixo.

O Departamento de Limpeza Urbana de São Paulo estima que até cinco mil toneladas diárias de resíduos industriais são jogados nos cerca de 40 lixões clandestinos existentes na região metropolitana. No Rio, três mil toneladas de lixo estão jogadas, a céu aberto, na Baixada Fluminense.

Pressionadas pelas autoridades ambientais e pela população, as indústrias tentam encontrar uma solu-

ção para o problema. Em São Paulo e no Rio, muitas foram autorizadas a estocar provisoriamente seus resíduos em pátios internos, à espera de uma solução definitiva. Cinqüenta indústrias de São Leopoldo, na região metropolitana de Porto Alegre, por exemplo, uniram-se em consórcio para construir um aterro para tratar e reciclar seu lixo industrial.

Num programa inédito, a cidade de Vitória, segundo o prefeito Vitor Buaiz, está conseguindo reciclar 80% do lixo hospitalar. (*O Globo*, 19/11/91; *Gazeta Mercantil*, 12/11/91)

## Ricos discutem quem pagará a conta ambiental

A sete meses da maior conferência já realizada pela ONU, países ricos e pobres ainda disputam cada centavo nas negociações.

Quem vai arcar com o pesado encargo de financiar o combate à destruição do meio ambiente nos países mais pobres? Qual o montante necessário para que esses países se desenvolvam sem destruir o planeta? Quem hoje tem dinheiro para financiar essa mudança? Mais de um ano de debates não convenceu pelo menos três grandes doadores a assumir, durante a Rio-92, um compromisso concreto nesse sentido. Os EUA dizem que não assinam "cheque em branco". A Inglaterra segue o que os americanos dizem e o Japão, que tem dinheiro sobrando, não quer arcar com a conta sozinho.

Um encontro que se realizará no Japão, em janeiro de 1991, pretende ser uma pré-conferência sobre financiamento. A ideia é reunir o máximo de personalidades que estejam ou estiverem envolvidas com a liberação de créditos para que elas possam influenciar seus governos a mudar de posição.

Deste encontro sairão propostas

sobre os possíveis mecanismos para a liberação de créditos.

Os fundos são necessários, sobretudo, para a chamada *Agenda 21*

- uma espécie de cronograma de compromissos que os países assinarão durante a Rio-92. (O Globo, 9/11/91)

### As seis propostas para obtenção de recursos

- ONU - o volume de recursos disponíveis na ONU para programas de desenvolvimento e meio ambiente é insuficiente. Propõe-se que os países membros aumentem sua taxa de contribuição obrigatória ao sistema, o que é considerado difícil.
- Fundo de Investimento Privado - indivíduos ou empresas contribuiriam para um fundo internacional, que seria investido em projetos ligados ao meio ambiente em países em desenvolvimento.
- Imposto sobre bens comuns - os governos pagariam uma taxa pelo uso de tudo o que é comum: os oceanos, a atmosfera, o espaço. A taxa seria administrada através de um fundo internacional e o dinheiro utilizado para a proteção ambiental.
- Imposto sobre emissões de CO<sub>2</sub> - incidiria sobre a queima e utilização de combustíveis fósseis. O Brasil, em conjunto com outros países do Terceiro Mundo, sugere a cobrança de US\$ 1 por cada barril de petróleo.
- Selo Verde - os correios venderiam o "selo verde" e os recursos arrecadados seriam administrados pela ONU para financiar a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento.
- Comércio de cotas - empresas e países teriam cotas de poluição que fixariam percentuais de emissões poluentes. As cotas poderiam ser comercializadas como uma troca qualquer de títulos. (O Globo, 9/11/91)

## Queimadas em canaviais provocam poluição

Quem vai para o interior de São Paulo durante a primavera e espera encontrar o famoso "ar puro" acaba por enfrentar nuvens pretas de fumaça e uma poluição invisível - que irrita os olhos e o sistema respiratório.

Em outubro, mês em que a safra de cana atinge seu pico, chegam a ocorrer 1.500 focos de fogo simultâneos a cada final de tarde nos canaviais paulistas.

As consequências vão desde as reclamações das donas de casa, por causa das cinzas que são carregadas pelos ventos a quilômetros de distância, até o aumento das doenças bronco-pulmonares e a concentração de ozônio na baixa atmosfera - o que pode afetar a agricultura e causar problemas de saúde para as pessoas que moram em São Paulo e estados vizinhos.

São Paulo produz mais da metade da safra nacional de cana (132

milhões de toneladas) e lança, durante o período da colheita, 3 milhões de toneladas de gás carbônico na atmosfera, gás que contribui para aumentar o efeito estufa.

As queimadas, praticadas para facilitar a colheita, infestam o ar de gases tóxicos que só agora começam a ser detectados pelas pesquisas. O nível do ozônio, por exemplo, chega a triplicar no pico da safra, e em alguns dias, ultrapassa o limite tolerado de 80 partes por bilhão (ppb) a 2 mil metros de altitude. Ele interfere no metabolismo das plantas tornando-as raquéticas; nos seres humanos, irrita o sistema respiratório e provoca lacrimejamento.

Os usineiros justificam as queimadas pelo encarecimento do custo da colheita e pelo desemprego em massa no campo. (O Estado de S.Paulo, 14/11/91)

## Lei dos Agrotóxicos em debate

A adoção de uma legislação mais rigorosa para o uso de defensivos agrícolas no Brasil está obrigando as indústrias do setor a investirem no desenvolvimento de produtos com menor grau de toxicidade, maior seletividade no combate às pragas e doenças da lavoura e menos agressivos ao homem e ao meio ambiente. Mas um ano e nove meses depois da regulamentação da Lei dos Agrotóxicos (nº 7.802), pelo Decreto 98.816, de 11/1/90, o setor enfrenta dificuldades de adaptação às novas regras do mercado, o que levou diversas entidades a solicitarem mudanças na sua aplicação.

Pelo menos três tópicos da legislação são considerados polêmicos: a rotulagem, o receituário e o registro especial temporário de novos produtos, cuja forma de obtenção não foi detalhada no decreto. (Gazeta Mercantil, 9/11/91)

## Reforma agrária

## Novas definições para antigos conceitos

No dia 9 de outubro deste ano, a Câmara aprovou projeto regulamentando o artigo 185 da Constituição, que define o que são pequenas e médias propriedades - não passíveis de desapropriação. Na votação foi também aprovada uma emenda que trocou a expressão "módulo rural" por "módulo fiscal". O módulo fiscal é fixo e estabelecido por município, não dependendo do tipo de atividade rural. Já o módulo rural, de caráter regional, varia conforme a atividade: é menor quando utilizado na produção de hortifrutis e bem maior quando destinado à pecuária.

## Sul vive momento de trégua nas ocupações

O momento no Rio Grande do Sul é de suspensão das ocupações de terra e de negociação com as autoridades. A trégua se deve a uma lei do governador Alceu Collares (PDT), aprovada em 24 horas pela Assembléia Legislativa, que determina o aproveitamento de até 70%

Pelo projeto aprovado, a definição é a seguinte: pequena propriedade é aquela que não excede a quatro módulos fiscais; é explorada diretamente e pessoalmente pelo agricultor e sua família (admitida ajuda eventual); garante a absorção de toda a mão-de-obra ativa da família e sua subsistência. Como média propriedade ficou definida aquela que não passa de 15 módulos fiscais; é explorada, "econômica e racionalmente", pelo agricultor e sua família, admitida a ajuda permanente de terceiros.

Agora, o próximo passo é a regulamentação dos artigos 184 e 191

da Constituição, que tratam das desapropriações para fins de reforma agrária e do conceito de "terra produtiva". Nessas votações, a expectativa do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é alterar o sistema de cadastro, reclassificando as propriedades até então consideradas "empresas rurais", mas não cultivadas como "latifúndios". Assim, elas não poderão ser enquadradas como "terras produtivas" e passam automaticamente a ser suscetíveis de desapropriação. (O Estado de S. Paulo; CEDI, 10/10/91 e 13/11/91)

## Sem-terra expulsos de área desapropriada

Há mais de quatro anos um grupo de 35 famílias de trabalhadores sem-terra está tentando conseguir seu assentamento na fazenda Carrapatinho, município de Garuva (SC), que é considerada de "interesse social para fins de reforma agrária", conforme decreto promulgado pelo ex-presidente José Sarney em 1989. Apesar de terem sido despejados uma primeira vez em 1988, as famílias voltaram a ocupar a fazenda em outubro deste ano, quando o proprietário pediu reintegração de posse. No dia 22 de outubro, o juiz Gilberto Gomes de Oliveira, da Comarca de Joinville, concedeu liminar para remoção de uma manada de búfalos que estava no local. Entretanto, o que de fato ocorreu foi um confronto entre a polícia militar e os sem-terra. Doze trabalhadores rurais foram presos, sendo que quatro ainda continuam detidos, e as 35 famílias foram retiradas da fazenda.

Para repudiar esses acontecimentos, várias entidades da região promoveram um ato público no dia 4 de novembro em Garuva, contestando a ação do juiz, exigindo a libertação dos trabalhadores que permanecem presos, e pedindo o assentamento definitivo das 35 famílias na fazenda Carrapatinho. (Agen, 30/10/91)

das áreas das estações experimentais da Secretaria de Agricultura para assentamento. Houve um acordo verbal dos líderes dos sem-terra com o governador para a suspensão das ocupações no período de escolha das famílias a serem assentadas. (Jornal do Brasil, 17/11/91)

## Atentado contra a igreja de São Gabriel (RS)

Na madrugada do dia 29 de setembro foi colocada uma bomba de alto poder explosivo na porta da casa paroquial de São Gabriel, Diocese de Bagé (RS), onde residem os padres Firmino Dalcin e Roque Paloschi. Os padres não sofreram ferimentos, embora a residência e algumas casas próximas tenham ficado danificadas. Por enquanto não há indicação que aponte a natureza do atentado. Pe. Roque Paloski fez

uma ligação do fato com o clima tenso que impera na região, visto que a aprovação da proposta de assentamento de colonos sem-terra nas áreas de experimentação do estado tem causado insatisfações entre a "classe produtora rural". Lembraram ainda que o atentado pode estar ligado ao apoio da Igreja aos acampamentos e assentamentos que têm surgido na região. (CPT/RS e Agen, 30/10/91)

## Posseiros feridos em conflito com madeireira

Três posseiros da localidade de Faxinal das Taquaras, município de Pinhão (PR), foram feridos à bala no último dia 21. Os autores dos disparos foram identificados pelas vítimas como pistoleiros da Madeireira Zattar, que explora madeira na região e já se envolveu em outros conflitos com posseiros.

A região de Pinhão, rica em madeira nativa, tem muitos problemas fundiários dependendo de soluções judiciais que se arrastam há quase duas décadas. Em meados de no-

vembro, uma menina de 13 anos foi baleada por pistoleiros quando estes tentavam impedir que posseiros retirassem madeira da fazenda conhecida como Líber. Tanto os posseiros quanto a madeireira estão legalmente impedidos de retirar madeira da área, pois a posse da fazenda está sendo discutida na Justiça. A madeireira, porém, segundo a polícia, tem retirado madeira usando documentos repassados pela família Líber, antiga proprietária da área. (Jornal do Brasil, 14 e 23/11/91)

## Trabalho escravo: uma realidade no campo brasileiro

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) denuncia: 3.621 pessoas trabalham em regime de escravidão em usinas, fazendas e agroindústrias do país. A maior incidência do trabalho escravo ocorre nos estados de Mato Grosso, Pará e Rio Grande do Sul. Esses dados fazem parte de um documento preparado pelo secretariado nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que aponta 16 áreas onde o regime escravo é explorado. O relatório mostra apenas o número de propriedades e trabalhadores pesquisados neste ano. (Tribuna da Imprensa, 9/11/91)

| Município                | Propriedade            | Nº de trab. escravizados |
|--------------------------|------------------------|--------------------------|
| Encruzilhada do Sul (RS) | Grupo Tanagro          | 1000                     |
| Poconé (MT)              | Usina de Álcool Poconé | 800                      |
| Linhares (ES)            | Lasa Agroindustrial    | 587                      |
| Rio Brilhante (MS)       | Destilaria Cachoeira   | 400                      |
| Rio Branco (MT)          | Us. de Álcool Cooperb  | 150                      |
| Curionópolis (PA)        | Fazenda Pe. Cícero     | 100                      |
| Caramujo (MT)            | Us. de Álcool Copeba   | 93                       |
| Itiquára (MT)            | Fazenda Sta. Maria     | 80                       |
| Xinguara (PA)            | Fazenda Big Vale       | 70                       |
| Vila Bela (MT)           | Fazenda Cobral         | 53                       |
| Nova Olímpia (PA)        | Usina Itamarati        | 50                       |

Fonte: CNBB



## Contag defende aposentadoria de trabalhadores rurais

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) vai recorrer na Justiça contra a suspensão do pagamento de 240.091 aposentadorias de trabalhadores rurais. O presidente da Contag, Aloisio Carneiro, disse não acreditar que tantos aposentados possam ter fraudado a Previdência. Ele considera injustas as listas do INSS publicadas no Diário Oficial da União, nas edições de 13 e 22 de novembro, sobretudo porque não relacionam os nomes dos aposentados considerados "fantasmas", mas apenas o

número de cadastro na Dataprev, o que dificulta a defesa desses trabalhadores.

A assessoria da presidência do INSS alega que a suspensão dos benefícios é provisória, incidindo apenas sobre as pessoas que, há três meses ou mais, deixaram de procurar as agências dos correios para receberem os benefícios. Com base nas primeiras investigações feitas pelo INSS, acredita-se que a maioria das fraudes foi cometida pelos representantes da Previdência nas regiões. (Gazeta Mercantil, 22/11/91)

## Política Agrícola

### O rumo da agricultura

A satisfação das necessidades alimentares de muitas populações está a exigir um sensível aumento da produção e, ao mesmo tempo, preservar e não poluir a natureza. Aumentar os rendimentos do solo com quantidades crescentes de nitratos e de pesticidas é algo que está ao alcance dos agricultores. Mas aumentá-los via redução das doses desses produtos são outros quinhentos. A resposta a este desafio será crucial para que a conciliação entre crescimento e preservação - que se pretende embutir na noção de desenvolvimento sustentável - ultrapasse os limites da mera retórica.

No grande berço da modernização agrícola - os Estados Unidos - realiza-se, hoje, imenso esforço de reconversão dos sistemas produtivos da agropecuária e promoção dos chamados sistemas de agricultura sustentável. Neste sentido, projetos vem sendo desenvolvidos com o objetivo de incentivo à adoção de rotações de culturas que permitam reduzir tanto o uso de insumos químicos como a erosão.

Essa verdadeira virada na política agrícola dos Estados Unidos procura responder aos dois principais problemas ambientais decorrentes da modernização: a contaminação das águas superficiais e

subterrâneas e a degradação do solo pela erosão. O mais interessante é procurar entender quais teriam sido os fatores decisivos que engendraram a referida virada.

Existe pelo menos um fato, menos conhecido, que pode ter funcionado como a gota d'água: o avanço das técnicas de contabilidade ambiental. Uma coisa é dizer quantas toneladas de solo somem a cada ano; outra, bem diferente, é apresentar a conta. Tais cálculos feitos para a agricultura americana transformam um lucro de US\$ 80/acre num prejuízo de US\$ 26/acre. (José Eli da Veiga/Folha de S.Paulo, 4/11/91)

## Vaticano assume posição de destaque no noticiário

Com três iniciativas de forte impacto, recentemente anunciamos, o Vaticano e a Igreja Católica italiana voltam a ocupar um espaço no mapa político da Itália que nos últimos meses esteve vago. Documento divulgado pela Conferência Episcopal Italiana (CEI) afirma que o país vive um "eclipse da legalidade". Esta sendo realizada em Roma a conferência "Esperança contra a Desesperança", sobre drogas, patrocinada pelo Vaticano, com a presença de especialistas do mundo inteiro. E mais importante, dia 28 de novembro foi aberto no Vaticano, pelo papa João Paulo II, o primeiro sínodo sobre a Europa do Leste.

*Educar para a legalidade* foi o documento divulgado pela Comissão de Justiça e Paz da CEI. Foi um tiro de canhão. Afirma que a Itália é "um país feudal", sob o signo do privilégio, da ocupação e do loteamento das instituições. Dá uma série de conselhos ao que chama de "político cristão", uma alusão que dispensa explicações na Itália - um país governado, desde o pós-Guerra, pelo partido da Democracia Cristã.

Quanto ao Sínodo da Europa do Leste, este revela a pressa do papa polonês. Ele vê que a "sua" Europa (o Leste) está mudando rápido demais e sabe que esse é o momento certo de intensificar as ações evangélicas. (*Folha de S. Paulo*, 17/11/91)

## Bispos dizem que o Brasil vive uma cultura de morte

Os bispos de 22 dioceses da Bahia e Sergipe, que durante cinco dias participaram da 19ª Reunião Regional Nordeste III, patrocinada pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), apontaram a existência de uma cultura da morte no Brasil.

De acordo com um documento elaborado durante o encontro, "a vida está sendo ameaçada, agredida, menosprezada, deteriorada a ponto de se falar e viver uma cultura de morte". A principal meta dos religiosos, explicou o vice-presidente da reunião, Itamar Vian, bispo de Barra, é alertar a sociedade para a necessidade de promover a vida e o bem-estar social.

"Constatamos que um fator gerador da morte entre nós é, sem

dúvida, a má distribuição da renda nacional e também a criminosa desproporção entre os salários de governantes, legisladores e funcionários de altos escalões e o mínguado salário do trabalhador", disse o bispo Vian. Os religiosos também consideraram como fatores responsáveis pela morte, a indústria da droga, da prostituição, da pornografia e a indústria da seca.

Entre as soluções propostas na reunião, o bispo Itamar Vian citou a reforma agrária, lembrando que o papa João Paulo II em sua última visita ao Brasil reconheceu que não haverá democracia no País enquanto não for promovida uma reforma agrária. (*Jornal do Brasil*, 18/11/91)

## Católicos e judeus tentam superar preconceitos

Representantes das comunidades católica e judaica reuniram-se em São Paulo para discutir preconceitos mútuos e definir ações conjuntas na área social.

O primeiro objetivo do encontro, organizado pela Comissão Nacional de Diálogo Religioso Católico-judaico, foi diminuir as distâncias entre as duas religiões. A principal razão histórica para esta distância é a idéia de que foram os israelitas os responsáveis pela morte de Jesus Cristo. Uma das explicações é a associação do nome do discípulo Judas (que denunciou Jesus aos romanos) com "judaísmo".

O segundo objetivo foi preparar ações conjuntas em áreas sociais, como ajuda a menores abandonados e aos pobres.

A comissão, que realizou o seu 10º Encontro Anual, é ligada à Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). O encontro foi presidido por d. Ivo Lorscheider, res-

ponsável pela linha de Ecumenismo na CNBB. O rabino Henry Sobel, da Congregação Israelita Paulista, representou os judeus.

"O encontro visa eliminar o preconceito no Brasil", diz Sobel. Entre os exemplos citados por ele para mostrar o avanço no diálogo entre as religiões está a paralisação, no Vaticano, do processo de canonização da princesa Isabel, da Espanha, que em 1492 expulsou os judeus do país.

Segundo o professor da Faculdade de História da Universidade de São Paulo Nachman Falbel, a disputa teológica entre católicos e judeus começou nos primeiros séculos do cristianismo, durante o Império Romano.

Uma das razões seria, para Falbel, uma "concepção teológica cristã pela qual a única religião monoteísta (de um Deus só) seria o cristianismo, enquanto o judaísmo estaria ultrapassado". (*Folha de S. Paulo*, 19/11/91)

## D. Luciano apela a empresários

Convidado a falar sobre a pobreza no Brasil no auditório da Associação Comercial de São Paulo, o presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, invocou números de uma estatística alarmante para apelar à solidariedade de toda

a sociedade brasileira em busca da salvação nacional.

"Se o barco está afundando, está na hora de nos unirmos para tampar o buraco, em vez de partir para acusações", disse ele, pedindo aos empresários que apresentem sugestões

práticas para recuperar a esperança do povo.

"Se não tivermos criatividade para somar esforços agora, cada vez será mais difícil daqui para a frente", disse d. Luciano. (*Jornal do Brasil*, 20/11/91)

## Igrejas integram o movimento "Opção Brasil"

Sete das mais importantes igrejas cristãs do Brasil - Católica Romana, Evangélica de Confissão Luterana, Presbiteriana Unida, Pentecostal O Brasil para Cristo, Episcopal-Anglicana, Metodista e Presbiteriana Independente - estão engajadas no movimento *Opção Brasil*, lançado por diversas entidades da sociedade civil.

O objetivo do movimento é tentar preencher o vazio deixado pelo governo e parlamentares, su-

gerindo saídas para a atual crise econômica e social.

As igrejas têm sua proposta específica para o enfrentamento da crise. Trata-se do *Projeto de Esperança*, que pretende reforçar o controle da sociedade civil sobre o Estado. As igrejas afirmam que o agravamento da recessão e da crise de valores - no plano econômico, social e político - poderá provocar uma situação de violência com consequências imprevisíveis. (Jornal da Tarde, 11/11/91)

## Deputados evangélicos negam apoio a Jubes Rabelo

Os evangélicos se apressaram em desmentir que, reunidos, dariam seu apoio ao ex-deputado Jubes Rabelo, cassado por ligação com o tráfico de drogas.

Durante a sessão secreta que cassou Rabelo, o deputado Eliel Rodrigues (PMDB-PA, Assembléia de Deus) encaminhou à mesa uma declaração negando que os evangélicos tivessem assumido uma posição formal diante da votação do mandato de Jubes. Sua declaração foi assinada inclusive por João de Deus (PDS-RJ, Assembléia de Deus) que havia se manifestado publicamente contra a cassação.

Jubes Rabelo havia se apresentado como evangélico, o que foi condenado por Eliel Rodrigues que comentou: "ele é uma pessoa que nunca vi ligada a nossas atividades".

Eliel Rodrigues admite que o documento produzido não garante que seus signatários tenham votado contra Jubes mas teve o objetivo de retirar da opinião pública a idéia de que os evangélicos tinham compromisso fechado. "O que não se pode dizer é que todos os evangélicos iriam apoiar Jubes Rabelo pelo simples fato de ele se dizer evangélico", defendeu-se o deputado. (Correio Braziliense, 8/11/91)

## Pastoras brasileiras realizam encontro

Cerca de 70 pastoras e líderes de comunidades reuniram-se para o 2º Encontro Ecumênico Brasileiro de Pastoras (Curitiba, 12 a 14 de novembro). As participantes representaram as igrejas Metodista, Evangélica de Confissão Luterana, Episcopal, Presbiteriana Unida, Presbiteriana Independente, Católica e Unida de Cristo.

Na busca de novos caminhos para a pastoral, as participantes do encontro recomendaram um maior investimento na formação bíblico-teológica, a criação de espaços solidários entre as mulheres, a formulação de uma linguagem teológica na perspectiva da mulher, e o reforço da articulação das pastoras. Para Rosângela Soa-

res de Oliveira, pastora metodista, o encontro representou "a possibilidade da emergência de uma eclesiologia a partir da ótica feminina. Dentro de uma instituição patriarcal, machista e autoritária, partilhamos experiências sobre o nosso modo de ser pastoras, de animar a comunidade, de superar as discriminações que a cultura impõe à mulher que está a serviço de uma comunidade".

O encontro foi organizado pelo Grupo Ecumênico de Articulação de Pastoras (Gearp), com o apoio do Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai). Durante o evento foi eleita uma comissão de pastoras que coordenará o Gearp nos próximos anos. (Agen, 20/11/91)

## Profundo ódio

O pastor batista e militante político norte-americano Jesse Jackson revelou sua "forte sensação" de que o governo dos EUA esteve envolvido no assassinato do pastor batista Martin Luther King, em 1968. Num prefácio à esperada autobiografia de James Ray, condenado pela morte de King, Jackson incrimina o ex-diretor do FBI Edgar Hoover, que teria "profundo ódio" do líder negro. (O Estado de S. Paulo, 21/11/91)

## Retorno

Lysâneas Maciel (PDT-RJ, presbítero da Comunidade Cristã Reformada) volta à Câmara Federal. Ele foi deputado constituinte de 1986 a 1990, tentou a reeleição para o atual mandato, mas ficou na suplência. Como o deputado federal Carlos Lupi (PDT-RJ) foi nomeado secretário de Transportes do Município do Rio de Janeiro, Lysâneas volta à Câmara, ocupando a vaga de Lupi. (Jornal do Brasil, 17/11/91)

## Religiosos britânicos defendem asilados

Os arcebispos ingleses George Cantuar (anglicano) e Basil Hume (católico) fizeram um apelo ao governo pedindo a revisão de um projeto de lei que torna mais severa a concessão de asilo na Grã-Bretanha.

Numa carta conjunta ao jornal *The Times*, os dois líderes religiosos afirmaram entender as dificuldades enfrentadas pelo governo com o crescimento dos pedidos de asilo. "Mas é essencial que se preserve a proteção que os autênticos refugiados têm direito de acordo com as leis internacionais", conclui a carta. O projeto de lei do governo, denunciado pela oposição, já está em fase final de discussão no Parlamento e deverá ser aprovado sem modificações. (O Estado de S. Paulo, 14/11/91)

## Collor toma decisão histórica e Passarinho assina delimitação Yanomami

Nos jornais televisivos no feriado nacional de 15 de novembro, o presidente Fernando Collor anunciou, ladeado pelo Secretário Nacional do Meio Ambiente, José Lutzenberger e pelo presidente da Funai, Sidney Possuelo, a demarcação da terra Yanomami, uma área contínua de 9,4 milhões de hectares nos estados de Roraima e Amazonas. Foi uma decisão histórica e constitucional. A solenidade de assinatura da Portaria 580 pelo Ministro da Justiça Jarbas Passarinho foi realizada no Palácio do Planalto, com a participação de seis ministros, dentre eles o ministro do Exército, Carlos Tinoco, que passou a maior parte da solenidade de cabeça baixa. Ele foi o principal representante nas

discussões que se travaram dentro do governo, dos setores contrários à criação da reserva nos moldes em que foi proposta pela Funai. O ministro da Educação, José Goldenberg não compareceu pois achava absurda a definição da área sem novos estudos.

Em seu discurso, Collor disse que a decisão "se apoia em sólido consenso no âmbito do Poder Executivo" e frisou que a demarcação da área que fará fronteira com o território dos Yanomami da Venezuela em nenhum momento compromete a soberania nacional, como argumentam os ministros militares. "Com a decisão de hoje, a soberania continua intacta e saiu reforçada pois estamos colocando

em prática o artigo 20 da Constituição, que inclui, entre os bens da União, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios; e o artigo 231, que determina que essas terras são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis".

Sidney Possuelo, presidente da Funai, disse que ainda restam 90 garimpeiros na área e que estão sendo retirados à medida que são encontrados.

A demarcação física da área será realizada no ano que vem e, para tanto, a Funai depende da aprovação pelo Congresso de um crédito suplementar de Cr\$ 2,27 bilhões. (CEDI, Folha de S. Paulo, O Globo, 16/11/91)

### ■ Repercussões

**A favor** - A decisão do presidente Collor em demarcar a terra dos Yanomami teve grande repercussão no Brasil e no exterior. A presidência da República recebeu centenas de mensagens de apoio.

Segundo Claudia Andujar, coordenadora da Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY), logo após o anúncio do presidente, na sexta feira dia 15, até a manhã de segunda feira dia 19, sua organização foi procurada por 27 órgãos de imprensa (dos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Espanha, Japão, Noruega e Portugal), 12 organizações ambientalistas e indigenistas internacionais para confirmar a notícia.

Seis senadores americanos, entre eles Edward Kennedy e Albert Gore Jr. enviaram uma carta ao presidente Collor, elogiando a demarcação da reserva Yanomami. O cacique Raoni enviou uma carta a

Collor, agradecendo a decisão.

O presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, aplaudiu a decisão dizendo que ela garantirá à América Latina maior autoridade para discutir com os países do primeiro mundo na Eco 92. O presidente Collor recebeu ainda apoios considerados inusitados: do deputado José Genoino e do senador Eduardo Suplicy, os dois do PT.

**Contra** - Os já conhecidos opositores da demarcação dos 9,4 milhões ha manifestaram sua desaprovação: os governadores de Roraima e Amazonas, Ottomar Pinto e Gilberto Mestrinho; o deputado João Batista Fagundes (PMD-RR), que entrou com ação popular na Vara Cível de Boa Vista solicitando ao juiz Irineu de Oliveira Filho a concessão de liminar para suspender a demarcação da área indígena; o deputado Jair Bolsonaro (PDC-RJ) quer anular a Portaria 580 do Mi-

nistério da Justiça que delimitou a área Yanomami.

O líder do governo no Senado, Marco Maciel (PFL-PE), vai convocar o ministro Jarbas Passarinho para explicar a demarcação. Nenhum dos senadores da região amazônica é a favor da decisão. O general Antenor de Santa Cruz, comandante militar da Amazônia, considerou-a uma loucura. Concorda com ele o ex-ministro do Exército, Leônidas Pires.

**Brizola faz coro com militares** - O governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, manifestou-se contrário à demarcação das terras Yanomami formalizada pelo presidente Collor. Ele acredita que essa demarcação pode favorecer o surgimento de uma manobra de nações poderosas que poderiam alimentar a ideia de se formar, futuramente, uma nova nação, separada do Brasil. (CEDI; O Globo, 20 a 23/11/91)

### ■ 717 pedidos de empresas de mineração

O Departamento Nacional de Mineração (DNPM) acumulou nos últimos 12 anos um total de 717 pedidos de empresas mineradoras interessadas em explorar cassiterita, ouro, prata e outros minérios na terra dos Yanomami, segundo diretor do órgão, o geólogo Elmer Prata Salomão. (Correio Braziliense, 21/11/91)

### ■ O que falta fazer

Após os trabalhos topográficos e colocação dos marcos físicos na área Yanomami, previstos para 92, ela deverá ser registrada nos Cartórios de Registros de Imóveis, nos municípios pertinentes. O presidente da República então terá que assinar um decreto homologando a demarcação, e as terras serão registradas no Serviço de Patrimônio da União - SPU.

Tais medidas formais porém,

não garantem totalmente a integridade da área. É necessário reivindicar do governo brasileiro a criação de uma infra-estrutura permanente, com verba especificada no orçamento da União, para criação e manutenção de um sistema adequado de monitoramento e vigilância do território Yanomami, assim como garantir os padrões sanitários recentemente implantados pela Fundação Nacional de Saúde. (CEDI e CCPY, 22/11/91)

## Demarcação de terras indígenas no governo Collor

### O que já foi feito

| Etapas do processo de demarcação  | Nº de áreas | Extensão (ha) |
|---|-------------|---------------|
| áreas encaminhadas pela Funai aguardando decisão do Ministro da Justiça | 15          | 3.782.700     |
| áreas delimitadas através de portaria do Ministro da Justiça            | 21          | 17.387.755    |
| áreas homologadas através de decreto do presidente da República         | 78          | 14.438.439    |

### O que falta fazer

**209**

áreas indígenas para serem reconhecidas oficialmente, das quais 120 já foram identificadas pela Funai e 89 estão sem providência

Faltam 97 semanas para o término do prazo constitucional para a demarcação de todas as terras indígenas (art. 67 das Disposições Transitórias da Constituição Federal).

Fonte: CEDI/PIB, 27/11/91

### Ministro delimita mais 8 áreas indígenas

O ministro Jarbas Passarinho delimitou oito áreas indígenas no dia 25/11, somando então 21 áreas delimitadas pelo governo Collor. São elas: AI Menkragnoti, dos Kaiapó, com 4.913.000 ha nos municípios de São Félix do Xingu e Altamira (terra que ganhou fama mundial pela campanha desenvolvida pelo cantor inglês Sting e o cacique Raoni); AI Betania, dos Ticuna, com 121.00 ha, em Santo Antônio do Içá (AM); AI Tikuna Porto Espírito Santo com 3.550 ha, em Benjamim Constant (AM); AI Jarawara/Jamamadi/Kanamati com 383.757 ha, em Lábrea (AM); AI Tumiá com 124.000 ha, em Lábrea, ocupada pelos Apuriná; AI Kari-Xocó com 664 ha, em Porto Real do Colégio (AL); AI Caicara com 4.220 ha, em Porto da Folha (SE), dos Xocó, e AI Sete Serros com 9.003 ha, em Cel. Sapucaia (MS) dos Guarani-Kaiowá e Nandeva. (CEDI, 27/11/91)

### Funai envia ao ministro mais 15 áreas indígenas

Foram publicadas no DOU nos dias 18, 19 e 27 de novembro, 15 propostas de Áreas Indígenas que a Funai encaminhou ao ministro da Justiça para serem analisadas e receberem portarias de delimitação que as declarem de posse permanente. (CEDI, 27/11/91)

## Kaiowá expulsos da Área Indígena Jaguary

Trinta famílias de índios Kaiowá-Guarani estão impedidas de ocupar a reserva de Jaguary no município de Amambai (MS), delimitada no dia 10 de outubro passado, pela Portaria nº 516 do ministro Jarbas Passarinho. O fazendeiro que ocupa a área, José Moraes, expulsou os índios. (Jornal do Brasil, 19/11/91)

Esta comunidade Kaiowá teve sua área identificada em 1987 pela Funai. Quinze dias após os funcionários do órgão oficial terem realizado o levantamento da área, os índios foram expulsos pelo fazendeiro J. Moraes, sem qualquer amparo legal e despejados na Área Indígena de Amambai. Naquela ocasião não houve qualquer medida por parte da Funai no sentido de garantir a posse dos índios. Posteriormente algumas famílias retornaram ao local, permanecendo até

o dia 12 último. O trabalho de demarcação havia terminado no dia anterior, com fortes ameaças dos fazendeiros locais que tentaram impedi-la. Houve intervenção da Polícia Federal para que a mesma se realizasse. Ainda assim, no dia 12, o fazendeiro J. Moraes e o presidente da Câmara dos Vereadores de Amambai, Walter Altan, arregimentaram cerca de 60 homens (segundo informação dos índios presentes) e impediram que os índios e funcionários da Funai chegassem ao local, tendo que retornar à Amambai. Em seguida, o fazendeiro, o presidente da Câmara de Amambai e mais cerca de 15 homens invadiram a área dos índios e expulsaram as famílias que lá estavam. No grupo de homens que acompanhava o fazendeiro estava também a imprensa local que, com fortes ameaças e pressões, forçou

ram o líder do grupo Kaiowá, Júlio Gonçalves, a declarar que os mesmos estavam na terra porque a Funai os havia levado.

A Polícia Federal, solicitada para garantir o retorno dos índios, alegou que aguardava ordens superiores.

No dia 19 de novembro, em reportagem do jornal "O Correio do Estado" de Campo Grande/MS, o senador Rachid Saldanha Derzi (PRN-MS) adverteu o ministro Jarbas Passarinho que ele está sendo ludibriado ao assinar tais portarias (as outras são Cerrito e Guasuti). Declarou entre outras coisas como porta-voz, que os pecuaristas não permitirão a permanência dos índios e nem o ingresso da Funai mesmo que acompanhados por um contingente da PF. (Projeto Kaiowá/Nandeva, Amambai, 20/11/91)

## Empresas que discriminarem mulheres serão punidas

Os empregadores que praticarem medidas de restrição do direito das mulheres ao emprego, no município de São Paulo, estarão a partir de agora, sujeitos a punições previstas em lei. Tais medidas referem-se às exigências de atestados de gravidez e de esterilização para admissão ou permanência no emprego; exigências de exame ginecológico periódico para a mulher já empregada; discriminação das mulheres casadas e mães no processo de seleção ou demissão do emprego. A empresa que adotar práticas comprovadas desta natureza poderá ser punida com advertência, multa, suspensão das atividades e até mesmo cassação do alvará de funcionamento.

### Recessão atinge indústria de armamentos

A Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), estatal ligada ao Ministério da Aeronáutica, estuda um programa de demissões voluntárias a partir de 1992, que pode atingir até 2,5 mil funcionários, afirmou seu superintendente, Osires da Silva. A adoção dessa medida, porém, vai depender do comportamento do mercado da indústria aeronáutica, que passa por uma crise econômica mundial.

Desde que Osires da Silva assumiu o comando da estatal, em julho deste ano, já ocorreram 300 demissões voluntárias reduzindo o quadro de funcionários de 8,7 mil para 8,4 mil. Essas demissões, segundo o superintendente, fazem parte de uma rotatividade normal da empresa, de 50 a 60 pessoas por mês, e que essas vagas não serão repostas, uma vez que as recontratações estão proibidas pelo governo federal. A crise na Embraer teve a sua pior fase em novembro do ano passado, quando a empresa demitiu 4 mil trabalhadores.

Antônio Donizete Ferreira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, disse estar preocupado e que irá avaliar a situação da empresa com os funcionários através de assembleias na porta da fábrica. (Virginia Silveira/Gazeta Mercantil, 22/11/91)

Este é o conteúdo da Lei 11.081, de autoria do vereador Italo Cardoso (PT), assinada pela prefeita Luiza Erundina e publicada no Diário Oficial do Município em 7/11/91. As discriminações explicitadas no texto legal são comumente impostas às mulheres por grande parte dos empregadores e se tornaram mais frequentes a partir da ampliação da licença maternidade para 120 dias, previstas na Constituição de 1988.

No Rio de Janeiro foi aprovada em, 11/11/91, a lei estadual 1.886, do deputado Carlos Minc (PT), que prevê punição também para os estabelecimentos cujos chefes ou proprietários usarem de ameaças de demissão ou de pres-

sões no trabalho para obter favores sexuais das funcionárias. Pesquisa realizada por *O Globo* junto a 300 mulheres do Grande Rio revelou que 75,67% das mulheres já sofreu algum tipo de assédio sexual, sendo que 22,27% ocorreu no trabalho.

As duas leis recentemente aprovadas são instrumentos importantes de freio às práticas discriminatórias. Cabe agora aos sindicatos e entidades de mulheres divulgarem amplamente estas medidas e utilizarem-nas como um apoio efetivo na luta contra os abusos e desrespeitos efetuados contra as mulheres nos locais de trabalho. (Maria Berenice Delgado/CEDI, 26/11/91)

## Demitidos da Engesa levantam acampamento

Na Engesa - empresa fabricante de veículos blindados - os funcionários e demitidos decidiram aceitar, depois de duas semanas de acampamento na porta da empresa, a proposta de adiantamento parcial das dívidas trabalhistas para as 300 pessoas em situação financeira mais precária.

Os 350 funcionários da unidade de São José dos Campos estão sem

receber os salários desde março de 1990, quando entraram em licença remunerada. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) não é depositado desde 1987 e a maioria dos 900 demitidos ainda não recebeu os valores das rescisões contratuais. A Engesa está em regime de concordata desde março do ano passado e com uma dívida de US\$ 450 milhões. (Diário Popular, 26/11/91)

## Metalúrgicos ganham apoio nos EUA

Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, não esconde a possibilidade de "encampação", pelos trabalhadores, da fábrica de motores da Ford, que deverá ser desativada entre fevereiro e março de 92. Essa encampação pode inclusive ser negociada, desde que um outro grupo (ou mesmo os metalúrgicos) consiga financiamento para adquirir a empresa, embora ele não afaste a tomada da fábrica pelos trabalhadores para manter a produção e os empregos. Sua preocupação é evitar a soma de 900 trabalhadores ao total de mais de 48 mil que já estão desempregados no ABC. .

Vicentinho foi aos EUA conversar com a direção da Ford Motor

Company em Detroit, com entidades da sociedade civil, sindicalistas e empresários. Ele agora espera a resposta para um adiamento de seis meses para tentar uma solução negociada. Vicentinho disse que conseguiu a adesão do senador americano Jesse Jackson, ex-candidato à presidência dos Estados Unidos pelo Partido Democrata, em favor da luta pelo não fechamento das montadoras de carros no Brasil.

Também a empresa de investimentos Patrickoff, de Nova York, ficou de estudar a possibilidade de investir em novas tecnologias na fábrica da Ford em São Bernardo, como uma fórmula de mantê-la em funcionamento. (Folha de S.Paulo, 23/11/91)

## Por uma vida melhor

Aprofundar as relações existentes entre trabalho e meio ambiente e propor estratégias comuns para ação foram objetivos do seminário "Meio ambiente, vida e trabalho". O encontro aconteceu nos dias 23 e 24 de novembro de 1991, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, e foi promovido pela CUT Regional ABC, Mogi e Bixada Santista com apoio da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CUT (CNMA), movimentos ecológico e popular da região e do CEDI.

Estiveram presentes cerca de cem pessoas, entre eles pescadores da Billings e de Itanhaém, moradores da Juréia, sindicalistas das indústrias química, petroquímica e metalúrgica, militantes de movimentos ecológicos como o SOS Billings e o Movimento de Defesa da Vida, que expuseram os problemas específicos de cada grupo e as ações que vêm desenvolvendo.

Uma das preocupações centrais do evento foi questionar o atual modelo de desenvolvimento

e seu processo produtivo - como se produz, o que e para quem -, avaliar seus efeitos e propor alternativas. O encontro buscou também levantar um diagnóstico ambiental da região para detectar impactos à saúde dos trabalhadores, à população em geral e ao meio ambiente.

No primeiro dia foram realizados painéis sobre temas diversos, como saúde, ambiente no trabalho e meio ambiente, preservação de áreas de mananciais, represa Billings, ocupação e uso do solo, saneamento básico, poluição do ar. No segundo dia, os vários temas foram aprofundados em grupos de trabalho. Na sessão final ficou clara a necessidade de cooperação entre o movimento sindical e o movimento ecológico na defesa do meio ambiente e a disposição para desenvolver projetos comuns.

As propostas feitas pelos grupos servirão como base para a preparação da Conferência Sindical Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento, em março de 92. (CEDI, 27/11/91)

## Medeiros visita a Corte

O presidente da Força Sindical, Luiz Antonio de Medeiros, que vinha optando por afastamento tático do Palácio do Planalto, não resistiu às seduções da Corte. Homenageado pelo líder do PRN, deputado Cleto Falcão (AL), Medeiros desembarcou em Brasília com 18 convidados - sua mulher, empresários, assessores da Força e jornalistas. O sindicalista passou de lancha no lago Paranoá, tomou doses de uísque Logan e teve como principal interlocutor o colunista social Ibrahim Sued, de O Globo.

Transformado em vedete da festa, o sindicalista se mostrou eufórico. Garantiu, por exemplo, que conseguirá filiar sua central à CIOSL - central sindical mundial

ligada à social-democracia - antes da CUT.

Sempre cotado na bolsa de apostas para substituir Magri no Ministério do Trabalho, Medeiros sustentou que o presidente Collor conseguirá "dar a volta por cima" com o programa de privatização: "O Estado vai diminuir e atuar mais nas áreas sociais".

Sentado com Ibrahim Sued na sala de jantar, ele resumiu a intenção de sua visita: "Estou aqui para conhecer a Corte por dentro. E a Corte é isso: o lago em frente, o Logan na mesa e Sinatra ao fundo". De longe, o anfitrião, Cleto Falcão, ironizou: "Ninguém pode dizer que a classe operária não foi ao paraíso". (Mara Bergamaschi/O Estado de S.Paulo, 25/11/91)

## Indústria paulista aumenta demissões

Em apenas cinco dias úteis - a segunda semana de novembro - a indústria paulista desempregou mais trabalhadores do que em todo mês de outubro. Foram demitidos 12.179 trabalhadores, o equivalente a 0,69% da força de trabalho que estava empregada até 10 de novembro de 1991. Segundo Carlos Eduardo Uchôa Fagundes, diretor da Fiesp, o salto dado pelo desemprego nesse período se explica porque as empresas esperam a data-limite para pagamento de salários (o 5º dia útil de cada mês) e só a partir das fazem seus cortes.

Na primeira semana de novembro, o desemprego recuou 0,11%. O impulso dado ao desemprego na segunda semana veio em especial do setor de refrigeração, aquecimento e tratamento de ar - uma queda de 8,87%. A seguir, o maior volume de demissões ocorreu nas empresas de artefatos de borracha, menos 2,95%; de autopartes, 2,60%; e de condutores elétricos, 2,12%. Dos 46 setores da indústria paulista, 19 desempregaram na segunda semana de novembro e 20 mantiveram seu percentual estável. Sete deles aumentaram a mão-de-obra, entre eles: relojoaria, 0,34%; massas alimentícias e biscoitos, 0,22%; bebidas em geral, 0,28%. (Folha de S.Paulo, 26/11/91)

## CGT filia-se à CIOSL

A Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) teve confirmada sua filiação à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL). A CGT é a primeira central sindical brasileira a ingressar na CIOSL. Essa aceitação deve acelerar o processo de aproximação da CUT - que enfrenta divergências internas quanto à filiação - ao organismo internacional.

Segundo o presidente da CGT, Canindé Pegado, a entidade sofreu duas investigações por parte da CIOSL, "para verificar seu perfil e representatividade" e ficou comprovado que as propostas da CGT são compatíveis com as do sindicalismo internacional. (Vitor Nuzzi/Diário do Grande ABC, 26/11/91)

**Leia e Assine Aconteceu**

## MEC define diretrizes pedagógicas para os Ciacs

O Ministério de Educação publicou no Diário Oficial de 14/11 as "Diretrizes gerais e recomendações para a formulação de projetos pedagógicos de Ciacs". Segundo o ministro José Goldemberg, vários educadores ligados ao ensino público e particular participaram da elaboração da proposta, sob coordenação do professor da USP José Mário Pires Azanha.

Em quatro diretrizes e nove recomendações, o documento incorpora algumas das críticas que vinharam sendo feitas aos Ciacs (Centros Integrados de Atendimento à Criança), como é o caso da jornada integral e o padrão único para todo o país. A proposta atual recomenda flexibilidade para que a jornada integral "não se transforme num impedimento de freqüência à escola" e incentiva a implantação de proje-

tos pedagógicos "amplamente diferenciados para que, como experiências pedagógicas, se afeiçõem à variedade das condições sociais, culturais e econômicas da vida brasileira". Recomenda também integrar a escola à comunidade, dar autonomia pedagógica à equipe escolar, utilizar o período noturno para as mais diversas modalidades de educação de jovens e adultos e enfatiza o sentido educacional, e não simplesmente assistencial, de todas as atividades desenvolvidas nos centros.

Até o momento, os Ciacs não passavam de um projeto arquitetônico para a escola pública e de algumas idéias gerais baseadas nos Cieps do governador Brizola, antes uma jogada de marketing político que uma proposta convincente para a melhoria do ensino público. A

definição das diretrizes pedagógicas constitui um avanço, antes de mais nada porque permite que o debate sobre o perfil pedagógico dos Ciacs se desenvolva em torno a idéias explícitas. No entanto, não deixa de ser preocupante que a definição dessas diretrizes gerais venha a reboque de um projeto que já está em andamento. O que devia ser o primeiro passo, até agora teve um papel secundário. Além disso, depois de quase dois anos de governo Collor, a rede pública convencional continua sem as mínimas condições de funcionamento e, como mostra a recente mobilização dos prefeitos, nem sequer são garantidos os recursos que de direito são dos municípios, sob cuja responsabilidade está a maior parcela do ensino fundamental. (CEDI, 25/11/91)

## MEC quer universidades públicas colaborando com Ciacs

O Ministério da Educação (MEC) enviou convite às 51 universidades públicas do país para que adotem pedagogicamente os Ciacs.

De acordo com a proposta, feita pela Secretaria Nacional de Ensino Superior (Senesu), setor do MEC responsável pelas universidades, estas devem se preocupar com o conteúdo pedagógico a ser oferecido pelos Ciacs, que será

diferente para cada região. As universidades também caberão propor o número de horas de aula e formas de treinamento contínuo dos professores. A Universidade de São Paulo (USP) se propôs a cuidar de até três Ciacs. A Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) decidiu adiar a decisão à espera de informações mais consistentes sobre o projeto. (Paulo de Camargo/O Estado de S. Paulo, 20/11/91)

## Interior de SP receberá 200 Ciacs

No dia 12 de novembro o ministro da Saúde e da Criança, Alceni Guerra, assinou um contrato de Cr\$ 100 bilhões com o secretário da Educação de São Paulo, Fernando Moraes, para a construção de 200 Ciacs no interior do estado.

O governo paulista só concordou em assinar o contrato depois de receber do Planalto quatro garantias. A localização das escolas

será determinada pela Secretaria da Educação, baseada em critérios técnicos, e elas deverão ter jornada de cinco horas (no projeto original a jornada é de oito). O governo Fleury recebeu garantias do presidente Collor de que o governo federal fará todo o repasse do dinheiro e que não será necessário dispor de terrenos de 10 mil metros quadrados. (O Estado de S. Paulo, 13/11/91)

## Contratada sem licitação empresa para gerenciar projeto dos Ciacs

O ministro da Saúde contratou, sem licitação, a empresa paranaense Masters Consultores Associados S/C Ltda, por Cr\$ 18,1 bilhões, pelo prazo de 50 meses, para prestar apoio técnico no gerenciamento da implantação e operação dos Ciacs. Este dinheiro seria suficiente para construir 36 Ciacs ou 1,8 mil escolas convencionais.

A empresa, formada há seis meses visando a assinatura desse contrato, não estará envolvida diretamente com a construção nem com o funcionamento dos Ciacs. O projeto de engenharia e o controle de qualidade das obras é da Promon Engenharia Ltda e as obras serão executadas por empreiteiras. Caberá à Masters o gerenciamento geral do projeto.

A empresa vai contratar 20 engenheiros, para fiscalizar as fábricas de Ciacs, e mais dez profissionais liberais trabalharão em Brasília. Receberá Cr\$ 450 milhões antes mesmo de começar o trabalho para o para o qual foi contratada. Um dos sócios dela é membro da comissão de licitação responsável pela elaboração dos editais para as fábricas de Ciacs e pela escolha das vencedoras. (Lucio Vaz/Folha de S. Paulo, 23/11/91; Heloisa Naves/Folha de S. Paulo, 26/11/91)

### Itaipu Geopolítica e Corrupção

Vol. 3 da Coleção Dívida Externa. Artigo de Paulo Schilling e Ricardo Cane. Cr\$ 2.500,00 — Pedidos ao Setor de Distribuição/CEDI — ☎ (011) 825-5544

## Taxa de analfabetismo continua em declínio

Segundo os dados levantados em setembro de 1990 pela última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada anualmente pelo IBGE, a taxa de analfabetismo continua diminuindo. Na população de dez anos ou mais, caiu de 22,3% em 1981 para 18,2% em 1989 e 17,8% em 1990. A proporção de pessoas de dez anos ou mais sem instrução ou com menos de um ano de estudo baixou de 23,1% em 1981 para 18,7% em 1989 e 18,1% em 1990. Aumentou a participação dos que tinham pelo menos o equivalente ao primeiro grau (oito anos de estudo ou mais): de 18,3% em 1981 para 24,3% em 1989 e 25% em 1990. (Correio Braziliense, 22/11/91)

| Analfabetos de 10 anos ou mais (em %)          |        |      |      |      |      |      |
|--|--------|------|------|------|------|------|
|  | Brasil | NO   | NE   | SE   | Sul  | CO   |
| Total  | 17,8   |      | 35,8 | 10,2 | 10,4 | 15,6 |
| Área urbana                                    | 12,1   | 11,3 | 24,4 | 8,3  | 8,2  | 11,4 |
| Área rural                                     | 34,9   |      | 52,0 | 22,2 | 15,0 | 27,7 |
| Nível de instrução (por tempo de estudo, em %) |        |      |      |      |      |      |
|  | Brasil | NO   | NE   | SE   | Sul  | CO   |
| Sem instrução e menos de 1 ano de estudo       | 18,1   | 12,6 | 34,5 | 11,3 | 11,1 | 16,6 |
| De 1 a 3 anos                                  | 22,9   | 24,9 | 26,5 | 21,0 | 21,9 | 23,2 |
| De 4 a 7 anos                                  | 33,9   | 33,5 | 23,1 | 37,7 | 41,8 | 34,2 |
| 8 anos ou mais                                 | 25,0   | 29,0 | 15,8 | 30,0 | 25,2 | 25,9 |

A pesquisa não abrangeu a área rural da Região Norte

Fonte: PNAD/IBGE

## Empresas administram escolas públicas em Maringá

Uma experiência iniciada este ano em Maringá, a 400 quilômetros de Curitiba, pretende revolucionar em 92 o ensino municipal, passando a administração de 27 escolas e 31 creches para empresas privadas formadas por professores e funcionários. A polêmica instalou-se na cidade e chegou ao legislativo, desde que três escolas e três creches se tornaram o projeto-piloto da prefeitura.

O prefeito Ricardo Barros de-

fende seu projeto com unhas e dentes e diz que as escolas continuam sendo públicas, apenas administradas pelos professores sob a coordenação pedagógica do município. Ele convidou os professores para formarem sociedades por cotas limitadas, a fim de participar das concorrências públicas de gestão das escolas. Pelo menos 50% dos professores necessários a cada escola devem ser sócios da empresa. (Jornal do Brasil, 24/11/91)

## CNBB mobiliza em favor do ensino público

Pela segunda vez, representantes do governo e de expressivas organizações da sociedade civil reuniram-se em 13/11 na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em Brasília, para debater os problemas das crianças e adolescentes brasileiros. O objetivo dos encontros, que priorizaram a recuperação da escola pública, é implementar o "Pacto pela Infância", firmado em 3/10/91.

Sob a coordenação da Unicef estavam presentes, entre outros, o ministro da Criança, representantes de ministérios e secretarias de Estado, membros do Congresso Nacional, presidente da OAB, ABI, entidades do comércio e da indústria, ONGs, organizações de trabalhadores e movimentos dedicados à infância. (Correio Braziliense, 13/11/91; Folha de S. Paulo, 16/11/91)

## Goldemberg expulsa deputado de seu gabinete

O tratamento *vip* aos políticos, imposto pela necessidade de garantir maioria parlamentar ao governo, não tem sido tarefa das mais simples para o ministro da Educação, José Goldemberg, alçado desde a semana passada à condição de um dos negociadores políticos do presidente Collor. No dia 21/11, Goldem-

berg viveu o constrangimento de expulsar do Ministério o deputado Irani Barbosa (PL-MG), que ameaçava invadir sua sala, depois de jurar vingança ao chefe de gabinete, que lhe negara um pedido de liberação de verba para o município de Ribeirão das Neves (MG). (Jornal da Tarde, 22/11/91)

## Comissão rejeita eleição de diretores no DF

O projeto de regulamentação das eleições diretas para diretores nas escolas públicas do Distrito Federal sofreu mais uma derrota no último dia 13 na Câmara Legislativa. Pela segunda vez a proposta, de autoria da deputada Lúcia Carvalho (PT) recebeu parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

O sindicato de professores do DF, que vem fazendo *lobby* na Câmara, quer garantir no máximo até o final deste mês a regulamentação das eleições. Após este prazo expira o mandato de mais de 400 diretores de escolas, que serão substituídos por pessoas indicadas pelo governador Joaquim Roriz. (Correio Braziliense, 14/11/91)

## Escolas estaduais de MG elegem diretores

No dia 24 de novembro cerca de 2,4 milhões de professores, pais de alunos e estudantes maiores de 16 anos compareceram às 4.700 escolas públicas mineiras para eleger as diretoras e vice-diretoras.

Em cada escola, puderam concorrer até três candidatos, desde que aprovados num teste de conhecimento aplicado no dia 13 de outubro a 15.500 professores. Em muitas só foi aprovado um candidato, que então concorreu sozinho. Em Januária, norte de Minas, só 44 escolas tiveram eleições, porque nas outras 37 nenhum candidato foi aprovado. (Correio Braziliense, 25/11/91)

## Guerra na Iugoslávia: milhares de vítimas e os combates não cessam

A incompetência e a omissão transformaram a guerra civil na Iugoslávia no pior conflito em território europeu desde a Segunda Guerra Mundial. Após cinco meses de combates entre a milícia separatista croata e as forças sérvias, apoiadas pelas tropas federais que se opõem ao desmembramento do país, o saldo é devastador. Nesse período, 12 tréguas fracassaram, 7 mil pessoas morreram, cerca de 20 mil ficaram feridas e 74 aldeias, 94 escolas e 8 hospitais foram destruídos.

Não foram as únicas perdas. Até o final do ano, 500 mil iugoslavos terão abandonado as áreas de combates, na tentativa de fugir de batalhas, como a ocorrida dia 18 de novembro, em Vukovar, a Stalin-

grado croata, quando os sérvios finalmente tomaram a cidade, já literalmente arrasada, após um cerco de 86 dias. O próximo alvo é Osijek. Bombardeada sistematicamente nos últimos três meses, a cidade croata de 140 mil habitantes está prestes a receber a investida final dos sérvios.

Por sua dimensão trágica e apavorante, o conflito exige uma solução urgente, mas nem os europeus nem as demais potências mundiais têm se esforçado o suficiente para isso, já que provavelmente a única solução possível seria o envio de uma gigantesca força de paz multinacional para a região.

"Para cada mês de guerra, serão necessários cinco anos de recupera-

ção", avalia o conselheiro econômico da embaixada de um país ocidental. O comércio entre as seis repúblicas da federação iugoslava está virtualmente paralisado e o PIB dificilmente alcançará os US\$ 60 bilhões registrados antes do início dos combates. A exemplo das cidades atacadas, a economia e o sistema monetário nacional estão em ruínas. O índice de desemprego deverá ultrapassar os 20%. A taxa de inflação deve bater nos 200% no final do ano. Em 1992, acreditam alguns, deve superar o recorde de 2.655% atingido em 1989. "A solução é emigrar para o Canadá", conclui Dragan Zivkovic, um mecânico de Belgrado, pai de dois filhos, ouvido por um jornalista inglês. (Isoté, 27/11/91)

## Menem ataca Cuba e se torna o aliado mais fiel dos EUA

Na contramão de todos os países latino-americanos, a Argentina parece decidida a criar uma situação de mal-estar em suas relações com Cuba. O comportamento do presidente Carlos Menem na sua recente visita aos EUA sugere que o governo argentino antevê o rompimento formal do relacionamento entre os dois países, pelo menos enquanto Fidel Castro estiver no poder.

Alguns meses atrás, o delegado argentino na Comissão de Direitos Humanos da ONU votou a favor da moção apresentada pelos EUA, visando a condenação de Cuba e o envio à Ilha de uma comissão encarregada de inspecionar a situação dos direitos humanos no país. A atitude argentina, isolada entre os países latino-americanos, não foi

suficiente para impedir a derrota da proposta, mas demonstrou o novo padrão da diplomacia portenha, de alinhamento incondicional à política externa dos EUA, cujo objetivo explícito é o de tornar o país o aliado mais confiável de Washington em todo o continente.

Contra o conselho do ministro das Relações Exteriores Guido di Tella, durante sua visita aos EUA, Menem fez questão de reunir-se com Jorge Más Canosa, o mais direitista dos exilados cubanos anti-castrista, suspeito inclusive de trabalhar para a CIA. Menem afirmou que se Castro se encontrava com guerrilheiros e terroristas, ele poderia se avistar com quem quisesse. E acrescentou que visitará Cuba "no dia seguinte que ela se torne democrática".

A política de Menem encontra uma forte oposição no país. Em 22/11, mais de cinco mil pessoas, incluindo dirigentes dos principais partidos e artistas realizaram manifestação de protesto em frente ao palácio do governo, sob o lema "Não ao bloqueio contra Cuba". Mas isto não foi suficiente para interromper as declarações reacionárias do presidente, que convidou as Mães da Praça de Maio a "deixar de carregar seus mortos e esquecer". Em seguida, acusou o movimento - que luta para obter a punição dos militares responsáveis por milhares de assassinatos e desaparecimentos durante a ditadura militar - de estar sendo financiado por algum país como Cuba ou por organismos europeus. (CEDI; JB, 21 e 25/11/91)

### Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação  
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ  
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO

DR/RJ

ISR — 52-636/87



UP-CT PRINCIPAL